



## 1. Informações Gerais

Data: 01.12.2017

Horário: 09h00 às 13h

Local: Plenário da Turma Recursal

### Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;

## 2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da Estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá no período 2015-2020, a considerar o 2º semestre do ano de 2017.

## 3. Pauta

- 3.1. Aprovação da Ata anterior;
- 3.2. Selo Justiça em Números;
- 3.3. Metas Nacionais 2017;
- 3.4. Metas Nacionais 2018;
- 3.5. Mapa Estratégico;
- 3.6. Desempenho Geral dos Indicadores
- 3.7. Agenda;
- 3.8. O que ocorrer;

### Comentários:

Não ocorrendo comentários, passou-se para o primeiro item da pauta

### Item 3.1 da Pauta: Aprovação da Ata anterior:

Após a apreciação da ATA da 6ª RAE, não havendo manifestação sobre alguma alteração em seu teor, o Desembargador CARLOS TORK, Presidente do Tribunal de Justiça, deu por aprovada.

### Item 3.2 da pauta: Selo Justiça em Números:

No referente ao Selo Justiça em Números, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, fez considerações a respeito da conquista do Selo Ouro. Sobre isso, o Desembargador CARLOS TORK tomou a palavra para destacar a evolução do Selo Ouro, na medida em que ele foi instituído em 2014 para aferir a qualidade da informação a ser encaminhada para o CNJ. A partir de 2017 passou para selo de qualidade de serviço, onde foi incluído o IPCJus. Apesar da Justiça do Amapá não ter alcançado o Selo Diamante, o Desembargador parabenizou as equipes pela vitória alcançada, mesmo diante das dificuldades enfrentadas durante o ano. Ele ressaltou que, com a evolução dos pontos, o Judiciário do Amapá está aderindo a cultura da qualidade e que, nesse processo de evolução da pontuação, o CNJ tende a aumentar o grau de dificuldade da pontuação, porque o ideal é alcançar o selo de qualidade; mas o fundamental é manter-se nele. Em seguida, o Desembargador CARLOS TORK comentou a pontuação de cada item e alertou para os cuidados que cada Departamento deve ter em relação às peculiaridades dos pontos para preservar a aferição na obtenção da pontuação, sobretudo em relação à Resolução 219, no respeitante à equalização de pessoal. Outros aspectos comentados pelo Presidente do TJAP foi quanto à evolução ambiental; E-cidade e outros, mas salientou a cultura da produção de informação de



forma correta, com qualidade e fazendo a transmissão da informação no prazo, toda ela a ser realizada pelo Núcleo de Estatística. Em relação à produção judiciária, a perda da produtividade nesses últimos anos cresceu, razão pela qual o Dr. Nilton Bianquini fica responsável de trabalhar a gestão judiciária, tendo em vista a recuperação do aumento da produtividade. O juiz LUCIANO ASSIS, na ocasião, salientou que a produtividade é calcada em informações que o sistema está fornecendo e que muito desencontro está acontecendo quanto aos dados. O Desembargador tranqüilizou informando que, com a chegada do Dr. BIANQUINI, o sistema vai melhorar.

**Item 3.3 da pauta: Metas Nacionais 2017:**

Em seguida, passou-se ao acompanhamento das Metas Nacionais, a partir dos dados oficiais do Conselho Nacional de Justiça, segundo informações fornecidas pelo Núcleo de Estatística do TJAP, onde descreveu que as Metas 1 (Distribuídos); 2 (Antigos); e 6 (Ações Coletivas), vêm apresentando índices satisfatórios. Em contra partida, os índices das Metas 4 (Corrupção e Improbidade); 5 (Processos à Execução); e 8 (Violência Doméstica), precisam ser melhorados. O juiz LUCIANO ASSIS perguntou sobre o tratamento dos Processos Redistribuídos. O magistrado alegou que sofreu um grande prejuízo na apuração das metas da Vara onde é titular. Por força da alteração da lei, recebeu um acervo de outra Vara que computava como meta não cumprida. Foi explicado pelo servidor CARLSON UCHÔA, do Núcleo de Estatística, que essa situação é enfrentada pelos Tribunais brasileiros, contudo, para efeitos de aferição da data que hoje se utiliza pelo Núcleo de Estatística é partir distribuição para começar a contar o acervo na Unidade. Por causa dessa dificuldade detectada, o CNJ está buscando encontrar meios para parametrização do processo redistribuído. A orientação do TJGO é que se utilize a data da redistribuição. No entanto, o CNJ ainda não disse como se deve trabalhar essa informação, esclareceu CARLSON UCHÔA. Sobre o tratamento das metas, o Desembargador CARLOS TORK disse da prioridade que direciona para a Meta 8 (Violência Doméstica), que está sob o patrocínio do Desembargador CARMO ANTONIO. Para as demais Metas, o juiz NILTON BIANQUINI foi convidado para cuidar do gerenciamento das mesmas.

**Item 3.4 da pauta: Metas Nacionais 2018:**

Quando passou-se para as Metas Nacionais para 2018, o Desembargador CARLOS TORK reforçou que, à exceção da Meta 8, as demais ficarão sob os cuidados do Dr. NILTON BIANQUINI, responsável por gerenciar o cumprimento.

**Item 3.5 da pauta: Mapa Estratégico:**

Passado para o Mapa Estratégico, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, esclareceu que todo o Mapa funciona dentro da Visão de Futuro; Missão e dos Valores da máquina Institucional; dentro dos quais todo o processo e objetivos estratégicos se desenvolvem e com seus respectivos projetos. O Assessor de Planejamento explanou cada indicador, entre eles: Índice de Qualidade de Vida no Trabalho; Índices de Lideranças Capacitadas nas Competências Estratégicas; Índice de Clima Organizacional e Índice de Aderência aos Parâmetros de Distribuição da Força de Trabalho. Sobre esse índice, o Desembargador CARLOS TORK observou que até março de 2018, ocasião em que deve-se concluir a Resolução 219, todas as Unidades estarão organizadas com o seu pessoal. 90% já está Equalizado e, com o concurso, a Entrância Final se completa. Ele disse ainda que, na Entrância Final, os problemas já foram detectados e se encontram em fase de ajustes, mas até março tudo se resolve. Na apresentação do Objetivo Estratégico Modernização da TI, o indicador tem subido, mantendo a aderência estabelecida na Resolução 211; No tocante ao Tempo médio do processo administrativo – dias, processos administrativos que estão sem movimentação em 180 dias estão sendo arquivados automaticamente. Outra medida diz respeito à adoção do processo virtual. O Diretor Geral, GLÁUCIO BEZERRA, explicou que foram tomadas iniciativas dentro do processo administrativo eletrônico que irão ajudar consideravelmente esse indicador, na medida em que um setor que detém a carga processual, simultaneamente outros setores possam dar suporte sem precisar o processo ter que tramitar em todos os setores envolvidos, como ocorre com o processo físico. Isso vai dar um impacto significativo no indicador. O juiz LUCIANO ASSIS sugeriu a realização de um Workshop para discutir a funcionalidade da iniciativa para que todos tomem conhecimento. A esse respeito, foi esclarecido que um manual já está



em fase de confecção pela equipe do Dr. JOÃO MATOS, além de vídeos sobre a questão para circular entre as Unidades do Judiciário, já objetivando a realização de um Workshop. No tocante ao índice de Agilidade na Tramitação de Bens e Serviços, este vem crescendo de forma a garantir a importância desse índice. Quando em abordagem do índice de Modernização dos Processos de Trabalho, o Assessor ROSYWAN CANTUÁRIA disse que ainda não existe parâmetro para aferição. Por iniciativa da Asplan, foi constituído um Grupo de Processo Trabalho, onde todos os Departamentos contribuíram opinando os termos à elaboração dos parâmetros que devem levar à medição do Processo de Trabalho, tudo com portaria já assinada pela Alta Gestão para instituição do referido Processo. Com isso, em 2018 vai tomar força, na medida em que será possível mapear todo o processo de trabalho como também qualificar e quantificar esse processo. Prosseguindo o Mapa Estratégico, no objetivo Simplificação o Assessor de Planejamento salientou que estudos realizados em 2016 possibilitou que investimentos em 2017, direcionados para o índice do projeto Virtualização de Processos Novos, atingisse índice interessante, já projetando para 2018 atingir os 100%. O índice Tempo Médio do Processo Judicial – dias - quanto menor melhor e, nesse sentido, ajustes já estão sendo feitos para que 2018 melhore a produtividade. Em relação à Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento, está dentro da meta - quanto menor melhor. Na Taxa de Congestionamento na Fase de Execução, está dentro da meta – quanto menor melhor. No prosseguimento da explanação dos índices de Varas Criminais e Taxas de Congestionamento, o Desembargador CARLOS TORK esclareceu que todas as metas de gestão judiciária vão receber tratamento mais próximo em 2018, em especial das Ações de Improbidade e Combate à Corrupção, com o estabelecimento do assessor do magistrado e de um segundo assessor e da Gestão Judiciária, na integração da equipe do Dr. NILTON BIANQUINI. Em razão desse quadro de dificuldade se tomou a iniciativa de chamar um Juiz pra auxiliar à Corregedoria. Ao tratar do objetivo estratégico Relacionamento – índice de Qualidade no Atendimento – foi manifestada preocupação, na proporção em que o índice quanto maior melhor, mas o índice não está atendendo a expectativa. O Presidente do TJAP perguntou o resultado da pesquisa que o TJAP está realizando. Foi-lhe informado que ela se encontra em análise final e ainda não foi possível extrair o índice de qualidade. Em 2017 o índice está muito abaixo de 2016. O que preocupa, segundo o Assessor ROSYWAN CANTUÁRIA, é a tendência de queda desse índice. O Desembargador CARLOS TORK solicitou uma avaliação da pesquisa em curso, em torno de Macapá e demais comarcas, sem perder de vista que, com a implantação da Secretaria Única ocorreu transtorno considerável que impactou fortemente no atendimento do usuário. O índice é muito ruim e preocupante, disse ele, e mais, que tudo é feito em razão do jurisdicionado e se ele está dizendo que o atendimento está ruim, não adiante ter o selo ouro. É preciso criar uma equipe pra detectar onde está se errando, afirmou o Desembargador. A diminuição do índice em Macapá já era esperada, mas a queda em Santana não. Por isso, o Desembargador orientou, após o recesso do Judiciário, uma reunião no Fórum santanense e outra em Macapá para tratar dessa questão. Na abordagem do objetivo estratégico Integração do Sistema de Justiça, foi evidenciada a importância desse índice a partir do fortalecimento das parcerias com os órgãos que integram o sistema de Justiça. O Desembargador fez o comentário que muitas ações com parceiros desse sistema não estão sendo registradas ou parametrizadas. Muitas articulações institucionais realizadas quase que semanalmente não aparecem computadas. De imediato, o Presidente do Tribunal cobrou medidas para parametrizar tais ações, por exemplo, dentro das articulações com: Politec; Comitê Institucional de Segurança; Creas; Cesein, e outros que não constam no índice. O Desembargador orientou providências para encontrar meios que possam servir como instrumentos, tais como: as Atas das reuniões com os parceiros, que possam ser computados para posterior aferição. Tudo isso passa pela cultura da qualidade da informação. No objetivo Cidadania, onde mostra o índice de Conciliação Pré-processual, o Juiz LUCIANO ASSIS fez crítica que, o formato como a Conciliação Pré-processual está sendo tratada no Judiciário tem refletido em taxa tão baixa. A forma como é preparada para a homologação do Juiz dificilmente será aferida. Se não se materializar, ela nunca vai ser computada. O Desembargador sinalizou que, para 2018, com a estruturação dos Cejuscs, seja com a lotação adequada de servidores, seja em sua localização nos Juizados, o cenário das audiências pré-processuais tende a uma perspectiva de mais clareza, e as processuais, em virtude do investimento alto, por parte do Tribunal, precisa evoluir. Esse índice precisa ser tratado diferenciado. O Desembargador cobrou uma agenda a parte para tratar dessa questão. Quando apresentado o Índice de Efetividade do Esforço da Conciliação (Positiva/Realizada), o LUCIANO ASSIS fez observação quanto ao



custo, para o Tribunal, da audiência designada. Toda audiência designada envolve movimentação imensa na expedição de mandados; diligências; Oficiais de Justiça; e o que seria a coroação do investimento não acontece, isto é, o acordo entre as partes. O custo por detrás é altíssimo para no final a audiência ser não positiva. Na ocasião, foi esclarecido que o Índice de Audiências de Conciliação Não Realizadas ainda não tem instrumento de aferição. Contudo, o Núcleo de Estatística se manifestou para fazer o levantamento, vez que presume tratar-se de número significativo. Sobre essa questão, o Desembargador CARLOS TORK pediu um mapa das audiências nos Juizados sobre a realização de ACORDOS X SENTENÇAS, para melhor análise da questão.

**Item 3.6 da pauta: Desempenho Geral dos Indicadores:**

Feita a apresentação dos índices, o desempenho geral dos indicadores do Mapa Estratégico 2015-2020 apresentou o seguinte comportamento, de acordo com as cores dos objetivos do Mapa, a saber: 2015 – Vermelho não teve aferição; Amarelo 23%; Verde 39% e Roxo (sem informações) 19%. 2016 – Vermelho 20%; Amarelo 20%; Verde 40% e Roxo (sem informações) 20%. Em 2017, o comportamento do Mapa até outubro ficou com a seguinte configuração das cores dos objetivos estratégicos: Vermelho 33%; Amarelo 23%; Verde 27% e Roxo (sem informações) 17%.

**Item 3.7 da pauta: Agenda:**

Agenda das Reuniões de Análise Estratégica - RAE 2018.

- VIII RAE – 27 de abril de 2018
- IX RAE – 31 de agosto de 2018
- X RAE – 23 de novembro de 2018

Ao tecer comentários sobre a elaboração da Agenda 2018, o Desembargador CARLOS TORK chamou a atenção para o fato dos Patrocinadores, Gerentes e demais envolvidos discutirem melhor o agendamento das RAEs, a levar em consideração que no dia e horário agendados todos estejam desocupados para melhor contribuírem, de preferência se a RAE for realizada em dia de sábado. O Desembargador sugeriu ainda que a ASPLAN realize reuniões setorizadas para melhor analisar o comportamento das cores, especialmente a Vermelha. O argumento para a realização de reuniões setorizadas é de que é necessário investir nos objetivos a atingir, o contrário é a perda da finalidade de tais objetivos. Se as RAEs acontecem a cada 4 meses, é necessário reuniões mensais sub-setorizadas para se perceber onde melhorar para o atingimento das metas 2018, afirmou o Presidente do TJAP.

**Item 3.8 da pauta: O Que Ocorrer:**

Ao final, o Desembargador CARLOS TORK, ressaltou o envolvimento de todos no processo de evolução. Disse estar otimista para 2018. Situações críticas já foram diagnosticadas. Investimentos setorizados foram feitos, em especial no setor de TI e também no setor administrativo/financeiro 2017, e para 2018, a prioridade é Judiciária.

**4. Pendências**

4.1. A apreciação e assinatura da ata da 6ª RAE seguirá o procedimento do item 3.1, desta ATA.

*OT*

*[Handwritten signature]*

**RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES**

Comitê de Gestão Estratégica	Data	Assinatura
Desembargadora Carlos Tork – Presidente		<i>[Handwritten signature]</i>
Desembargador Agostinho Silvério Junior		<i>[Handwritten signature]</i>

Ata da 6ª Reunião de Análise Estratégica do TJAP realizada em 10.08.2017.

*[Multiple handwritten signatures and initials]*



	Data	Assinatura
Desembargador Gilberto de Paula Pinheiro		
Juiz João Teixeira de Matos Júnior – Juiz Auxiliar da Presidência		
Priscylla Peixoto Mendes – Juíza de Direito		
Gláucio Maciel Bezerra – Diretor Geral		
Rosywan Cantuária – Núcleo de Gestão Estratégica		
<b>Gestores de Projetos</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Esclepiades de Oliveira Neto – Juiz de Direito		
Reginaldo Gomes de Andrade – Juiz de Direito		
José Luciano de Assis – Juiz de Direito		
Joenilda Lobato Silva Lenzi – Juíza de Direito		
Marilda Auzier		
Bernadeth Farias Corrêa		
Adelson Armando Marques Anderson		
<b>Gerentes de Projetos</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Diego França da Silva		
Maria de Jesus Santos Oliveira		
Walmir Bezerra de Mesquita		
Isaac Emanuel Silva Pereira		
Alan Davis Freire de Souza		
Lidiane Fonseca Soares		
Josemir Mendes de Souza Junior		
Lucinéia da Silva Costa		
Luiz Henrique Paranhos Barbosa		
Marcelo Victor Miranda		
Shirley Neves Kasahara		
Lorena Rocha Blanc Masili		
Oberdan Serrão de Almeida		
Aloisio Miranda Menescal		
Pedro Correia da Silva Junior		
Anderson Corrêa de Souza		
<b>Escritório de Projetos</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Job Duarte Moraes		
Augusto César Alberto Neri		
Solange Cascas Brito		
<b>Núcleo de Estatística</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Joudson Medeiros de Oliveira		
Adriana Moraes de Carvalho		
Teófilo Emílio Soeiro dos Santos		
Carlson Uchoa		

**RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES**



7ª Reunião de Análise Estratégica - PEI 2015-2020

Dia: 01/12/2017

Horário início: 09h/Previsão término: 13h

Lista de frequência

Nº	Nome	Assinatura
1	DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO TORK	
2	DESEMBARGADOR GILBERTO DE PAULA PINHEIRO	
3	DESEMBARGADOR AGOSTINO SILVERIO JUNIOR	
4	JUIZ REGINALDO GOMES DE ANDRADE	
5	JUIZ JOSÉ LUCIANO DE ASSIS	
6	JUÍZA JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	
7	JUÍZA PRISCYLLA PEIXOTO MENDES	
8	JUIZ ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO	
9	GLÁUCIO MACIEL BEZERRA (DG)	
10	ROSYWAN CANTUARIA DA S. FERREIRA	
11	MARIA DE JESUS DOS SANTOS OLIVEIRA	
12	JOB DUARTE MORAIS	
13	AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERI	
14	SOLANGE CASCAES DE BRITO LOBATO	
15	JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA	
16	ADRIANA MORAES DE CARVALHO	
17	TEÓFILO EMÍLIO SOEIRO DOS SANTOS	
18	CARLSON UCHOA	
19	DIEGO FRANÇA DA SILVA	
20	WALMIR BEZERRA DE MESQUITA	
21	ISAAC EMANOEL SILVA PEREIRA	
22	ALAN DAVIS FREIRE DE SOUZA	
23	LIDIANE FONSECA SOARES	
24	JOSEMIR MENDES DE SOUSA JUNIOR	
25	LUCINÉIA DA SILVA COSTA	
26	LUIZ HENRIQUE PARANHOS BARBOSA	
27	MARCELO VICTOR MIRANDA	
28	SHIRLEY NEVES KASAHARA	
29	LORENA ROCHA BLANC MASILI	
30	OBERDAN SERRÃO DE ALMEIDA	
31	ALOISIO MIRANDA MENESCAL	
32	PEDRO CORREIA DA SILVA JUNIOR	
33	ADELSON ARMANDO MARQUES ANDERSON	
34	ANDERSON CORRÊA DE SOUSA	
35	BERNADETH FARIAS CÔRREA	
36	MARILDA AUZIER	





Dia: 01/12/2017

Horário início: 09h/Previsão término: 13h

Lista de frequência

Nº	Nome	Assinatura
37	Dabolia Pereira Pereira	<i>[Handwritten Signature]</i>
38	MARCO ANTONIO CRAVIGIRO	<i>[Handwritten Signature]</i>
39	Joaquim de Jesus Evangelista Neta	<i>[Handwritten Signature]</i>
40	Regina da Silveira Neta	<i>[Handwritten Signature]</i>
41	Angela Dias Alves Voladour	<i>[Handwritten Signature]</i>
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		